



A POLÊMICA SOBRE O FECHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DE TEMPLOS NA PANDEMIA DE COVID-19: ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS EM *TWEETS* DE UM PASTOR EVANGÉLICO

Mônica Santos de Souza Melo¹

Universidade Federal de Viçosa/CNPq (UFV)

João Vitor Ferreira Riveli²

Universidade Federal de Viçosa/PIBIC-CNPq (UFV)

RESUMO

Este artigo aborda a polêmica instaurada nas redes sociais em relação ao fechamento de estabelecimentos comerciais e templos, que foi recomendado num dos momentos mais críticos da pandemia da COVID-19 no Brasil. Especificamente, analisamos aqui as principais teses e estratégias apresentadas a respeito do tema por Lúcio Barreto, pastor neopentecostal de grande influência no mundo evangélico, em duas publicações no Twitter. Para alcançarmos esse objetivo, adotamos uma abordagem discursiva: a Teoria Semiollingüística do Discurso, de Patrick Charaudeau, especificamente, as categorias associadas aos chamados modos de organização do discurso (CHARAUDEAU, 2008). As análises nos permitiram identificar o uso de estratégias baseadas prioritariamente nos domínios de avaliação do ético e do pragmático que fundamentam a tese contrária ao fechamento dos estabelecimentos comerciais e templos.

Palavras-chave: Discurso religioso. COVID-19. Argumentação e Redes sociais.

ABSTRACT

This paper addresses the controversy created in social networks regarding the closing of commercial establishments and temples, which was recommended in one of the most critical moments of the COVID-19 pandemic in Brazil. Specifically, we analyze here the main theses and strategies presented on the subject by Lúcio Barreto, a neo-Pentecostal pastor of great influence in the evangelical world, in two publications on Twitter. To achieve this objective, we adopted a discursive approach: the Semiollingüistic Theory of Discourse, by Patrick Charaudeau, specifically, the categories associated with the so-called modes of discourse organization (CHARAUDEAU, 2008). The analyzes allowed us to identify the use of strategies based primarily on the ethical and pragmatic domains of evaluation that support the thesis against the closing of commercial establishments and temples.

Keywords: Religious discourse. COVID-19. Argumentation and Social networks.

INTRODUÇÃO

¹ É Doutora em Estudos Linguísticos (UFMG) e Professora Titular do Departamento de Letras da UFV- Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: monicamel@ufv.br

² É Graduando em Letras da UFV- Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC-CNPq). Email: joao.v.rivelli@ufv.br



O Brasil e o mundo atravessaram, a partir do início de 2020, uma crise sanitária sem precedentes, em função da pandemia da COVID-19³, que já vitimou mais de seis milhões de pessoas no mundo, sendo mais de 660 mil vítimas só no Brasil. Essa crise tem ocasionado também graves consequências sociais e econômicas, afetando a população de todos os países, especialmente os mais pobres. Apesar do inestimável serviço prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a situação de urgência sanitária impactou fortemente a estrutura de atendimento médico à população no país, o que causou, em alguns momentos, um colapso que impossibilitou que todas as pessoas contaminadas recebessem um atendimento adequado. Com isso, situações dramáticas envolvendo filas de esperas em hospitais e pessoas morrendo sem atendimento médico foram testemunhadas em todo o país. A pandemia só começou a recuar a partir do início do processo de vacinação que, no Brasil, teve início em janeiro de 2021.

A pandemia da COVID-19 foi marcante não só pelas vidas perdidas e pelos impactos na saúde física e mental das pessoas, mas também pela mudança na rotina de todos em função da implementação de medidas para evitar o contágio e a proliferação da doença. Especialmente nos primeiros meses da pandemia, várias medidas foram adotadas, sob a orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS), tais como: a higienização frequente das mãos, o uso de máscaras e o isolamento social – inclusive com o *lockdown* em algumas cidades. Neste período, a medida mais polêmica foi, sem dúvida, o isolamento social.

No Brasil, o conceito de isolamento social nunca foi precisamente definido, tendo passado por entendimentos diferenciados ao longo da pandemia. A respeito dessa medida de prevenção à contaminação, a população brasileira se viu diante de orientações divergentes: de um lado, medidas de isolamento foram adotadas por alguns prefeitos e governadores que, acompanhando o que diziam as autoridades sanitárias, os cientistas e a OMS, defendiam a necessidade de as pessoas ficarem em casa, a fim de minimizar os índices de contaminação pelo Coronavírus. Essas orientações incentivavam medidas que poderiam variar do fechamento de alguns estabelecimentos e setores considerados não essenciais até o *lockdown*, em casos extremos. De outro lado, foram propagadas orientações do governo federal e dos seus apoiadores que pregavam que as pessoas saíssem de casa, a fim de que a economia do país não fosse prejudicada⁴. Essa orientação baseava-se, a princípio, na convicção de que havia um exagero em torno da gravidade da situação e na defesa de teses como a imunidade de rebanho (obtida por contaminação espontânea) e o isolamento vertical, de acordo com o qual apenas as pessoas idosas deveriam se manter em casa. Tal situação provocou um embate entre o governo federal – e seus apoiadores – e os governos estaduais e municipais, além de cientistas e pessoas que se alinhavam às orientações científicas.

A polêmica em torno dessa temática chegou a ponto de o Supremo Tribunal Federal (STF), em abril de 2020, precisar se posicionar a fim de garantir a prefeitos e governadores a autonomia para determinarem medidas para o enfrentamento ao Coronavírus. A divergência em torno de medidas de distanciamento social, com o fechamento de estabelecimentos públicos também

³ A COVID-19 é uma doença causada pelo Coronavírus SARS-CoV-2, que afeta o sistema respiratório, cujo quadro clínico que pode variar de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves que podem levar o paciente ao óbito.

⁴ Toda essa polêmica em torno das medidas de isolamento social foi amplamente divulgada pela mídia brasileira. A posição do Governo Federal foi expressa em diversas oportunidades e está materializada na campanha “O Brasil não pode parar”, que é objeto da notícia disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/03/27/governo-lanca-campanha-brasil-nao-pode-parar-contra-medidas-de-isolamento>. Acesso em 12 abr. 2021.



retomou ao STF em abril de 2021, quando este foi demandado a se pronunciar a respeito das restrições temporárias de atividades religiosas presenciais no estado de São Paulo, provocadas pelos fechamentos dos templos. Na ocasião, o STF, mais uma vez, se manifestou, posicionando-se favoravelmente a essas medidas, apoiando a decisão do governo daquele estado. Ambas as decisões repercutiram sobre a população, suscitando reações diversas entre os vários segmentos da sociedade e também entre os dirigentes municipais, estaduais e o governo federal. Um dos segmentos que mais se manifestou foi o religioso, especialmente algumas denominações evangélicas, que contestaram, principalmente nas mídias, o fechamento dos templos.

Esse artigo se insere num projeto que visa avaliar a ação e a repercussão das publicações no *Twitter* feitas por agentes vinculados a segmentos religiosos que se manifestaram contrariamente às medidas de isolamento social, especificamente no que diz respeito ao fechamento de estabelecimentos comerciais e templos religiosos durante a pandemia. Aqui pretendemos identificar quais as principais teses e estratégias argumentativas adotadas por um pastor neopentecostal, Lúcio Barreto, da Igreja Batista da Lagoinha, em publicações do *Twitter*, na defesa da abertura dos estabelecimentos comerciais e templos, postadas em março de 2021, durante um dos períodos mais críticos da pandemia da COVID-19. Trata-se de publicações que geraram grande repercussão nessa plataforma, tendo originado reações no formato de “curtidas” e comentários. Aqui pretendemos descrevê-las a partir das categorias dos modos de organização do discurso, identificadas por Charaudeau (2008).

Nosso artigo vai se compor das seguintes partes: uma breve contextualização sobre o momento em que a produção dos dados se insere, particularmente, a relação entre Estado e Igreja, suas implicações e a importância das redes sociais nesse contexto; um resumo das bases teóricas e metodológicas nas quais nossa descrição e análise se sustentam; descrição e análise dos dados e algumas considerações finais.

1 INTERSEÇÃO RELIGIÃO-POLÍTICA: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Os dados que analisamos se vinculam ao contexto brasileiro atual, que se caracteriza por uma inserção de representantes religiosos no espaço público – proporcionada por concessões públicas de TV e, mais recentemente, pela participação ativa de líderes religiosos nas mídias sociais – e no espaço de governança, por meio da representatividade nos diferentes poderes da república, especialmente o legislativo e o executivo. A relação entre Estado e Igreja não é exclusiva no nosso país e nem é um fenômeno recente na história das nações. Atualmente, no Brasil, essa relação tem se ampliado em função de uma crescente inserção de representantes religiosos em posições públicas legitimadas de governança, nos âmbitos federal, estadual e municipal. Simultaneamente a esse empoderamento de religiosos no ambiente político, constata-se um aumento expressivo do uso das redes sociais para interação entre representantes religiosos e o fiel.

A relação entre os campos religioso e político foi objeto de estudo de alguns pesquisadores. Um dos trabalhos mais conhecidos é o de Bourdieu (1974), que, ao abordar a relação entre religião e política, afirma que as práticas religiosas interferem nas relações de classe, uma vez que contribuem para reprodução e permanência da ordem estabelecida, o que faz com que a religião seja veículo de um poder simbólico. Trata-se, para esse autor, de uma estrutura que se organizaria em torno de um sistema de práticas e de representações que tendem a justificar a hegemonia das



classes dominantes e, ao mesmo tempo, impõem aos dominados uma espécie de resignação diante das condições de existência. Para Bourdieu, a religião cumpre funções políticas em favor das diferentes classes sociais de uma determinada formação social, tendo em vista sua eficácia simbólica. Essas funções variam entre as diferentes classes sociais, sociedades e épocas.

Também Burity (2008) estuda essa relação. Para o autor, “as religiões e as diferenças religiosas são um elemento ativo e inseparável das dinâmicas culturais e políticas que estão transformando o sentido do vínculo social e do político em nosso tempo, quer quando se expressam de forma regressiva, quer emancipatória” (BURITY, 2008, p. 94). Sendo assim, os representantes religiosos agem sobre o fiel, defendendo posicionamentos em torno de questões sociais e políticas que, de alguma forma, mantêm interseção com os princípios das denominações religiosas que esses representam. A representatividade e a extensão dessa atuação variam conforme a posição que o agente ocupa e as redes de relações proporcionadas por essa posição.

Esses trabalhos exemplificam estudos que apontam a existência do poder exercido pela religião que afeta a individualidade, as relações interpessoais e a vida política, interferindo nas relações entre os indivíduos em termos do embate entre classes e das atividades de regulamentação social que são intrínsecas ao campo político. Atualmente, deparamo-nos com conflitos variados de ordem social que se articulam a questões que podem ultrapassar o âmbito religioso e afetar os domínios moral e político, tais como a questão da legalização do aborto e das relações homoafetivas, entre outras.

A respeito desse papel da religião, é importante citar a posição do psicólogo social Martín-Baró (1998), que reconhece que a igreja pode dar suporte a ideologias mais conservadoras ou mais progressistas. No primeiro caso, há uma tendência à alienação e a comportamentos de resignação, que são de interesse das classes dominantes que esperam manter a ordem estabelecida, enquanto, no segundo caso, provocam-se questionamentos e a conscientização em relação à situação de exploração que podem levar à indignação e à reação por parte dos oprimidos. Porém, no contexto de extrema polarização política que vivemos, tanto a instância que apoia ideologias mais conservadoras, quanto as mais progressistas manifestam-se ativamente nas redes sociais, mantendo a efervescência do debate político e sustentando as teses defendidas por esses segmentos opostos.

A discussão resumida nos permite depreender que a religião pode funcionar como instrumento que favorece ou questiona, por meio de suas práticas discursivas, a legitimação de um poder instituído ou de uma situação instituída. Isso nos leva à hipótese central que norteia a nossa pesquisa: a crescente influência de agentes religiosos na vida política atual se faz, em grande parte, pelas manifestações nas redes sociais que compõem uma espécie de esfera midiática, ora de apoio, ora de resistência, às políticas implementadas no Brasil desde as últimas eleições presidenciais.

O sujeito comunicante autor das postagens aqui focalizadas vincula-se a uma igreja de vertente neopentecostal. Para Mariano (2014, p.41), há uma “crescente influência e penetração de modismos teológicos e de instituições norte-americanas no pentecostalismo brasileiro recente”, algo que, segundo ele descreve, ocorre em várias fases do pentecostalismo em momentos diferentes, desde o movimento tradicional ao neopentecostalismo. Sobre os neopentecostais, Mariano diz que eles são mais imediatistas e pragmáticos, almejam a felicidade através do bem-estar social, progresso material e consumo de bens de alto valor monetário e nesse sentido os cultos têm papel importante, pela arrecadação das igrejas como justificativa de garantir a prosperidade dos fiéis. Essas orientações vão se manifestar nas postagens analisadas, como veremos a seguir.



Recuperando os termos de Bourdieu (1974), descritos acima, vamos voltar nossos olhos para as “práticas e representações” por meio das quais uma autoridade religiosa cristã oferece apoio e sustentação às políticas implementadas pelo atual governo federal no combate à pandemia do Coronavírus no Brasil. Sabemos que o governo federal se posicionou, ao longo da pandemia, contrariamente às medidas de isolamento social, recomendadas pela OMS e adotadas por alguns governos estaduais e municipais. Aqui abordaremos de que forma se deu esse debate no que se refere às restrições impostas ao funcionamento de estabelecimentos comerciais e aos cultos presenciais, a partir de duas publicações do pastor no *Twitter*.

A escolha de um corpus proveniente das redes sociais se deve, basicamente, a dois fatores: primeiramente, o crescente processo de midiaticização do discurso religioso, por meio do qual os agentes religiosos exercem uma influência sobre a população que extrapola o espaço dos templos; em segundo lugar, o fato de essas serem, na nossa opinião, peças fundamentais nessa espécie de engrenagem midiática de divulgação de posicionamentos de todo tipo e, mais especificamente, de manifestações ora de defesa, ora de oposição às diretrizes propostas pelo governo federal para o enfrentamento da crise sanitária provocada pela pandemia da COVID-19.

Sabemos do crescente potencial de influência das redes sociais, como veículos de informação e incitação de grande parte da população que encontra nas plataformas digitais e redes sociais um dos principais meios de acesso à informação. Nesse contexto, são também frequentes a divulgação de conteúdos falsos e a promoção de discursos de ódio e intolerância. Uma das plataformas mais populares para atender essas finalidades é o *Twitter*, dispositivo a partir do qual extraímos os dados para a nossa pesquisa.

De acordo com Recuero (2012), o capital social, conceito importado de Bourdieu (1974), proporciona aos internautas, nas redes sociais, a promoção de seis valores, a saber, a visibilidade (estar visível na rede), a reputação (percepção do ator por outros atores), a autoridade (nível de conhecimento que a rede atribui ao ator), a popularidade (número de conexões que tem o perfil com “retuites” e respostas), a interação (caráter conversacional) e o suporte social (nível de retorno para uma solicitação). Sendo assim, as interações nesse ambiente proporcionam o estabelecimento de relações variadas entre os participantes, e podem provocar efeitos que vão desde a promoção de sua imagem pessoal ou institucional à incitação do outro, levando-o a determinados comportamentos.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

2.1 METODOLOGIA

A pesquisa que aqui se apresenta é de natureza qualitativa. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa focaliza um conjunto de significados, crenças, valores e atitudes, que correspondem a um espaço de relações dos processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Sendo assim, trata-se de uma análise que parte da descrição do corpus por meio de categorias previamente definidas, mas que depende da interpretação do seu uso, tendo em vista a situação de comunicação em que se insere. Para Minayo (2001), a pesquisa de natureza qualitativa visa a:

[...] compreender e explicar a dinâmica das relações sociais que, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos. Trabalham com a vivência, com



a experiência, com a cotidianidade e também com a compreensão das estruturas e instituições como resultados da ação humana objetivada. Ou seja, desse ponto de vista, a linguagem, as práticas e as coisas são inseparáveis.” (MINAYO, 2001, p. 24)

Seguindo essa orientação, nosso trabalho busca interpretar fatos ligados à dinâmica das relações sociais, por meio da análise de práticas discursivas, recorrendo a procedimentos definidos no âmbito da Teoria Semiollingüística do Discurso.

A Análise do Discurso, ao adotar uma perspectiva qualitativa, tem a significação do discurso como foco de suas pesquisas. Para isso, os estudos nessa linha se operacionalizam em duas etapas: a descrição das estratégias discursivas e a interpretação dessas estratégias à luz dos valores e imaginários que representam. A seguir apresentaremos os pressupostos teóricos básicos norteadores nossa pesquisa, que enfatizará a organização argumentativa do discurso, uma vez que essa se mostra central nos dados.

Tomamos como objeto de pesquisa duas postagens do pastor Lúcio Barreto, importante figura do neopentecostalismo no Brasil. Essas publicações foram selecionadas por apresentarem elementos de interesse para o nosso projeto geral de pesquisa: primeiro, o fato de serem publicações provenientes de um religioso influente nas mídias sociais; em segundo lugar, por abordarem as medidas relacionadas ao isolamento social no período crítico da pandemia, especificamente, o fechamento de estabelecimentos comerciais e templos religiosos. As postagens foram descritas e interpretadas a partir dos pressupostos teóricos que apresentaremos, de forma sucinta, a seguir.

2.2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS: A TEORIA SEMIOLINGÜÍSTICA

Nosso eixo teórico e metodológico será a Análise Semiollingüística do Discurso, de Patrick Charaudeau. A Semiollingüística é uma teoria que se insere no escopo dos Estudos Discursivos e, como tal, considera o ato de linguagem como o produto de um contexto do qual participam um emissor e um receptor submetidos a condições contratuais, ou seja, às condições psicossociais que regulam as enunciações e os comportamentos.

Na perspectiva semiollingüística, os participantes devem ser entendidos como seres psicológicos e sociais, sendo o locutor um “EU comunicante” (ser social) que performa um “EU enunciatador” (ser de fala) para um “TU destinatário” (ser de fala), que pode ser diferente do “TU interpretante” (ser social). Há então, em toda situação de comunicação, um ambiente interno, espaço do dizer, e um ambiente externo, espaço do fazer.

De acordo com essa abordagem, todo ato de linguagem se insere num projeto geral de comunicação que é concebido por um sujeito comunicante, o qual precisa organizar seu discurso em função da situação em que se encontra. Para fazê-lo está subordinado a um espaço de restrições, que compreendem as condições mínimas às quais o ato de linguagem deve satisfazer para que seja válido, e um espaço de estratégias, que corresponde às escolhas que os sujeitos podem fazer na encenação comunicativa. As restrições são estabelecidas pelo contrato comunicacional, que se refere a uma espécie de obrigação convencional de cooperação que liga os parceiros numa finalidade de dizer e que atribui a eles determinados papéis languageiros, definindo as práticas



sociolinguageiras em função das circunstâncias do discurso, a partir das quais vão se definir as estratégias a serem adotadas.

As estratégias são fornecidas por princípios de organização da matéria discursiva, os quais Charaudeau (1992) denomina “modos de organização do discurso”. Trata-se de procedimentos de ordem linguageira que consistem no uso de categorias de língua, organizadas em torno das finalidades do ato de comunicação. Esses procedimentos estão agrupados em quatro modos: (i) o *modo de organização enunciativo*, que diz respeito aos protagonistas do ato de linguagem, indicando a posição que o enunciador ocupa em relação ao destinatário, em relação ao dito e em relação ao outro; (ii) o *modo de organização descritivo*, que se refere aos procedimentos pelos quais o enunciador identifica, localiza e qualifica os seres por meio de um olhar sobre o mundo que os fazem existir, olhar esse que é limitado pela finalidade da situação e comunicação em que se inscreve; (iii) o *modo de organização narrativo*, que organiza um mundo numa sequência de ações que se sucedem, mas, ao mesmo tempo, se influenciam e se transformam; (iv) o *modo de organização argumentativo*, que constitui um mecanismo que permite ao falante, inserido numa situação que tem finalidade persuasiva, levar o interlocutor a partilhar determinado ponto de vista.

Portanto, ao conceber o ato de linguagem do ponto de vista psicossocial, a Semiologia procura interpretar a organização discursiva como parte de um conjunto de estratégias pelas quais os indivíduos tentam se influenciar, relacionando o sentido proveniente da categorização referencial (externa) com o proveniente da categorização discursiva (interna), o que permite identificar os imaginários veiculados pelo discurso.

Para Charaudeau (2017), os discursos veiculam e reproduzem diversas significações sobre o mundo, as quais ele denomina imaginários sociodiscursivos. Para o autor:

O imaginário é uma forma de apreensão do mundo que nasce na mecânica das representações sociais, a qual, conforme dito, constrói a significação sobre os objetos do mundo, os fenômenos que se produzem, os seres humanos e seus comportamentos, transformando a realidade em real significante. Ele resulta de um processo de simbolização do mundo de ordem afetivo-racional através da intersubjetividade das relações humanas, e se deposita na memória coletiva. Assim, o imaginário possui uma dupla função de criação de valores e de justificação da ação. (CHARAUDEAU, 2017, p. 578)

Sendo assim, ao se interpretarem os imaginários deve-se procurar estabelecer um cruzamento entre essas significações e os universos de discurso a que se referem. É importante destacar, ainda, que a noção de imaginário, de acordo com Charaudeau, refere-se não só a uma maneira de compreender e representar o mundo, mas também de justificar ações. E como esses imaginários se materializam por meio das interações verbais, eles podem ser compartilhados, difundidos e conseqüentemente, podem nortear as ações de terceiros.

2.3 ARGUMENTAÇÃO NUMA PERSPECTIVA SEMIOLINGÜÍSTICA

A publicação analisada tem caráter predominantemente argumentativo, por isso é necessário delinear como a Teoria Semiológica aborda a argumentação.



Segundo Charaudeau, para que haja argumentação é necessária uma proposta (que provoque questionamento) sobre o mundo, um sujeito que se engaje nessa proposta e um outro que seja alvo dela. Essa proposta é conduzida na argumentação, a partir de “pelo menos três elementos: uma asserção de partida (dado, premissa), uma asserção de chegada (conclusão, resultado), e uma (ou várias) asserção de passagem que permite passar de uma a outra (inferência, prova, argumento).” (CHARAUDEAU, 2008, p.209).

De acordo com Charaudeau (1992) a argumentação é um processo que envolve um sujeito que apresenta uma proposta ou tese direcionada a um interlocutor, a fim de levá-lo a partilhar determinado ponto de vista. Essa proposta pode assumir diferentes formatos em função das circunstâncias envolvidas na situação de comunicação, ou seja, das representações e do conjunto de conhecimentos que os participantes do ato de linguagem partilham.

Para Charaudeau (2016), o sujeito argumentante, vinculado a uma situação de comunicação, materializa, na sua fala, uma série de instruções discursivas através das quais ele poderá estabelecer o contato com o outro, regulando, de certa forma, suas crenças e seu comportamento. Isso se dá, a princípio, por um processo de racionalização, com o uso de uma razão demonstrativa, baseada em relações de causalidade que se estabelecem por procedimentos de uma organização da lógica argumentativa. Essa regulação pode se dar também por um processo de identificação, relacionado à criação de uma imagem positiva do falante (construção de *ethos*) ou por um processo de dramatização, por meio do apelo ao sentimento do outro (recurso patêmico).

Nessa perspectiva, o sujeito, inserido numa situação argumentativa, lança mão de uma série de estratégias que se manifestam em três níveis: no nível da problematização, no nível do posicionamento e no nível do ato de provação. No nível da problematização, trata-se do uso de diferentes estratégias para inserir o debate em torno de um determinado tema, enquadrando-o de modo a legitimar a discussão, indicando que o assunto é digno de ser discutido. As estratégias de posicionamento dizem respeito ao modo como o sujeito argumentante indica o seu nível de engajamento à tese defendida. Por fim, as estratégias no nível da provação consistem na seleção de argumentos fortes a favor de determinada proposta. Devem-se, segundo o autor, a três fatores: i. o modo de raciocínio no qual o argumento se insere; ii. o tipo de saber, ou seja, os domínios semânticos de avaliação que se fundamentam num conjunto de valores partilhados por membros de um grupo sociocultural e que, por isso mesmo, podem provocar a adesão dos destinatários; iii. a modalização enunciativa, por meio da qual o argumento se expressa.

O quadro resumido acima norteará a descrição e análise dos dados do nosso corpus.

3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Como antecipamos, vamos focalizar, nesse estudo, dois *tweets* do pastor neopentecostal Lúcio Barreto, publicados em março de 2021, momento crítico da crise sanitária do coronavírus no Brasil. Essas publicações foram selecionadas pela representatividade do sujeito comunicante envolvido e pela repercussão das postagens entre os internautas.

Os parâmetros para análise das situações de comunicação propostos por Charaudeau (2008), que serão utilizados como base para analisar as postagens de Lúcio Barreto, envolvem uma percepção ampla dos múltiplos fatores envolvidos no ato de fala.



Devemos destacar, portanto, a princípio, as condições situacionais envolvidas na produção dos discursos analisados. Trata-se de publicações no *Twitter*, que é uma plataforma que funciona como espaço para trocas de diversos tipos e também para a consolidação de convicções preexistentes, mudanças de pontos de vista ou abertura de espaço para o debate.

As mensagens no *Twitter*, como ocorre nas redes sociais, podem ter como fonte vários atores sociais, o que permite uma maior visibilidade para todos os seus nós, ampliando o acesso e a produção de informações. Assim, quando o usuário publica uma informação, ele atinge outros internautas que, por sua vez, podem replicar a mensagem ou inserir um novo comentário, a partir da original. Isso afeta o chamado “capital social” dos usuários.

No *Twitter*, o modo argumentativo tende a ser predominante, uma vez que nessa rede a circulação de imagens tende a ser menor (mais comuns ao *Instagram* ou *Facebook*) e é muito comum ver as pessoas defendendo suas opiniões, promovendo debates nesse espaço. É o que acontece nos *posts* de Barreto analisados aqui: eles buscam expor seu posicionamento e convencer seus seguidores a aderirem a ele. Além disso, o *Twitter* tem um espaço menor para o texto, o que dificulta o desenvolvimento de um texto narrativo ou descritivo. Como Charaudeau comenta, “as circunstâncias materiais são, talvez, as que influenciam mais diretamente nas formas, o que se explica já que estas induzem os dispositivos ‘materiais’”. (CHARAUDEAU, 2004, p.8)

Assim, para analisar a fala do pastor é importante entender quem é Lúcio Barreto enquanto ser social e quais as influências e ideologias que afetam seu discurso. Em seu próprio site, <https://www.prlucinho.com.br>, ele conta que viajou para os EUA e participou de cultos na igreja pastor Benny Hinn e essa pode ter sido uma das influências para concretização de sua visão neopentecostal. Essa formação proporcionou o contato com as orientações dessa vertente evangélica descritas acima que interferem na materialidade de suas publicações.

Há uma relação dessa ideologia neopentecostal com os *twittes* de Barreto que fazem abertamente um apelo a favor da presença nos cultos como algo essencial, como fica implícito no *post* em questão.

Devemos destacar que pelo fato de Lúcio Barreto ser um Pastor, isso o coloca na posição de representante da palavra de Deus, que tem uma responsabilidade com o que fala. O discurso religioso tende, segundo Eni Orlandi, à não-reversibilidade (homens não podem ocupar lugar do locutor, que é Deus), porém, como destaca a autora: “O representante, ou seja, aquele que fala do lugar de Deus transmite Suas palavras. O representa legitimamente, mas não se confunde com Ele, não é Deus”. Isso é o que ela chama de “ilusão de reversibilidade”. (ORLANDI, 1987, p. 253). Essa posição legitimada de autoridade interfere no tom do discurso e no seu efeito sobre o público-alvo: para um evangélico a palavra do pastor vai ser interpretada como uma verdade absoluta e a sua orientação pode ser tomada como uma ordem.

Devemos acrescentar, ainda, que além dessa dimensão religiosa, inerente a um ato de fala proveniente de um pastor, há uma dimensão política e econômica em seu discurso, visto que ele trata de uma temática amplamente debatida por todos os setores da sociedade, mas intrinsecamente relacionada às políticas de saúde pública nacional, de responsabilidade do Ministério da Saúde: as medidas de prevenção à proliferação de uma pandemia e de sua repercussão na economia do país.

A partir da descrição feita do ambiente externo, é possível compreender melhor a relação de Barreto com seus interlocutores através das categorias do modo enunciativo de Charaudeau.



Sobre esse modo, ele diz que “todo ato de linguagem se compõe de um *propósito referencial* que está encaixado no *ponto de vista enunciativo* do sujeito falante, integrando ambos uma *situação de comunicação*” (CHARAUDEAU, 2008, p.82).

Quanto ao propósito referencial, para Barreto, enquanto sujeito comunicante, há um sujeito destinatário que compartilha das referências do mundo concreto implícitas em seu discurso, como a existência de um cenário pandêmico, as medidas sanitárias tomadas pelos governadores e prefeitos e o termo “negacionistas” dirigida àqueles que confrontam o potencial da vacina e a eficácia das medidas de isolamento social. A situação de comunicação da fala do Lucinho, que é externa ao ato de linguagem, é o formato *tweet*, onde predomina o canal gráfico, há uma limitação de caracteres e normalmente há um público recorrente que acompanha as publicações, que por já conhecerem a postura de Lucinho, talvez estejam cientes do eu enunciador performado pelo Pastor.

Identificando os níveis da problematização, engajamento e provação das postagens analisadas, destacamos, no plano da problematização, que o pastor coloca em pauta, nas duas publicações, a temática do fechamento de estabelecimentos comerciais e templos religiosos, destacando o problema como relevante nas suas redes sociais e congregando seus seguidores num debate não de ordem exclusivamente espiritual ou religiosa, mas econômica e política. No nível do engajamento, as manifestações do Barreto sinalizam um posicionamento contrário ao fechamento de estabelecimentos prestadores de serviços não essenciais e de templos religiosos. Assumindo essa posição, mostra-se alinhado à posição defendida pelo governo federal. Quanto às estratégias no nível da provação, veremos, a partir de agora, os procedimentos argumentativos adotados a favor da proposta defendida.

Após essas considerações gerais acerca das publicações, vejamos como se dá a construção argumentativa das publicações selecionadas. Por se tratar de textos pequenos, optamos por inseri-los no corpo do artigo.

Post 1

@Prlucinho/ 3 de março.

A incompetência dos prefeitos e governadores está sendo jogada nos ombros do governo federal! O presidente quer o país funcionando! Negacionista é quem nega aos trabalhadores o direito até de serem infectados mas na tentativa de por o pão de cada dia na mesa da sua família.

Post 2

@Prlucinho/ 7 de março.

Acho que o povo confundiu o distanciamento social com afastamento de Deus pq eu nunca atendi taaaaanta gente que diz que esfriou na fé! Será que nesses dias de pandemia não deveríamos nos aproximar ainda mais dEle?

Nos *tweets* acima, o locutor problematiza a iniciativa de governadores e prefeitos de fecharem estabelecimentos que prestavam serviços considerados não essenciais em um momento difícil da pandemia do Coronavírus. Nessas postagens, o pastor defende a tese de que o fechamento desses serviços, que incluíam os templos religiosos, acarretava dois tipos de prejuízos à população: i. financeiro, dificultando que o trabalhador pudesse levar alimento à sua família; ii. espiritual,



afastando as pessoas de Deus. Nesse sentido, o pastor se engaja de forma contrária a essa medida. A essa proposta geral se associa tese de que “o presidente quer o país funcionando”, sendo este retratado como um beneficiário da população, que respeita a liberdade individual que proporcionaria aos trabalhadores “o direito até de serem infectados”.

Procuraremos descrever as principais estratégias argumentativas empregadas, abordando as duas postagens separadamente para, em seguida, identificar os imaginários comuns que nelas podem ser identificados. Partiremos das modalidades enunciativas empregadas.

Destacamos, no *Post 1*, uma estruturação em três partes, correspondentes aos três períodos dos quais a publicação se compõe. No primeiro momento, em um comportamento elocutivo, modalidade pela qual o locutor expressa seu ponto de vista explicitamente, o pastor indica ter conhecimento das ações de governadores e prefeitos e exprime uma apreciação negativa desses agentes em detrimento do governo federal. Em seguida, ele utiliza o modo delocutivo, modalidade aparentemente desvinculada do locutor e do interlocutor, para “terceirizar” sua opinião, citando a posição do presidente (“o presidente quer o país funcionando”), com a qual ele concorda. O uso dessa modalidade tem um grande valor argumentativo, uma vez que cria um efeito de verdade, fazendo crer que a afirmação condiz, necessariamente, com a realidade.

No terceiro e último período da publicação há uma retomada do modo elocutivo, com a expressão de uma opinião de maneira convicta. Mas, levando em conta o contexto sociodiscursivo no qual a publicação se insere, é possível supor que o enunciado é uma resposta a quem denuncia a postura negacionista do governo federal, o que instaura uma relação de força, atitude que remete à modalidade alocutiva, na qual o interlocutor é diretamente implicado no discurso.

Dentre os procedimentos discursivos ligados à lógica argumentativa, identificamos na postagem o uso da nomeação, que é uma atividade de linguagem pertencente ao modo descritivo que pode ser usada não para mera identificação do ser ou objeto descrito, mas com fins estratégicos para produzir um efeito de evidência ou de saber para o sujeito argumentante (CHARAUDEAU, 2008) Na postagem, temos a nomeação “negacionista”. Essa categoria pode ser definida de uma maneira objetiva: os negacionistas seriam aquelas pessoas que não aceitam uma realidade verificável, comprovada, factual. No contexto recente da pandemia, essa denominação tem sido usada frequentemente para designar aqueles que minimizam o impacto do vírus e se opõem às medidas sanitárias. Remete, portanto, a uma polêmica instaurada no âmbito político entre os que defendiam, naquele momento crítico da pandemia, a obediência às orientações científicas e os que as negligenciavam, priorizando a necessidade de se preservar a economia.

Na definição apresentada: “Negacionista é quem nega aos trabalhadores o direito até de serem infectados mas na tentativa de por o pão de cada dia na mesa da sua família.”, há, além da nomeação, a qualificação. No entanto é possível observar que essa qualificação não é objetiva, ou seja, não constrói uma “visão de verdade” sobre o mundo, que possa ser verificada por qualquer pessoa, mas sim subjetiva, tal como definido por Charaudeau (2008). Para o autor, “os procedimentos de construção subjetiva do mundo consistem em permitir ao sujeito falante descrever os seres do mundo e seus comportamentos através de sua própria visão, a qual não é necessariamente verificável. O universo assim construído é relativo ao imaginário pessoal do sujeito” (CHARAUDEAU, 2008, p.125).

Quando o pastor propõe a relação adversativa em “Negacionista é quem nega aos trabalhadores o direito até de serem infectados mas na tentativa de por o pão de cada dia na mesa



da sua família”, indica que é por meio do trabalho que os trabalhadores podem alimentar a sua família. Portanto, quem se opõe à abertura dos estabelecimentos é um inimigo do trabalhador e está condenando sua família a uma situação de penúria e fome.

Vejam agora algumas das principais estratégias argumentativas identificadas no *post 2*. Nessa postagem, identificam-se duas grandes partes: a primeira inclui a expressão de uma avaliação pessoal do pastor: “Acho que o povo confundiu o distanciamento social com afastamento de Deus pq eu nunca atendi taaaaanta gente que diz que esfriou na fé!” E a segunda traz uma espécie de sugestão: “Será que nesses dias de pandemia não deveríamos nos aproximar ainda mais dEle?”.

A postagem tem início com o uso da modalidade enunciativa elocutiva, por meio da qual o enunciador expressa de maneira convicta uma opinião, valendo-se de um testemunho, ou seja, de uma experiência que ele mesmo vivenciou, a saber, o contato com fiéis que estariam “esfriando na fé”. Para o Pastor, o distanciamento social estaria provocando um afastamento de Deus.

Há também o uso da modalidade delocutiva, pela inserção do procedimento discursivo da citação. Ao afirmar que nunca atendeu “taaaaanta gente que diz que esfriou na fé” ele insere outros locutores no discurso, o que, segundo Charaudeau (2008) produz na argumentação um efeito de autenticidade, uma vez que a citação é vista como “[...] uma fonte de verdade, testemunho de um dizer, de uma experiência de um saber” (CHARAUDEAU, 2008, p. 240)

Finalmente, no último período, manifesta-se o uso da modalidade alocutiva, por meio da qual Barreto propõe um questionamento ao fiel: “Será que nesses dias de pandemia não deveríamos nos aproximar ainda mais dEle?”. Embora tenha o formato de uma interrogação, o enunciado se aproxima mais de uma sugestão, reunindo as características definidas por Charaudeau (2008, p. 89) para essa categoria modal, a saber: o estabelecimento de uma ação a realizar (aproximar-se mais de Deus); a suposição de que o interlocutor está numa situação desfavorável (a distância de Deus); a proposição de que a ação descrita é uma forma de melhorar a situação do interlocutor (num momento de crise, devemos nos aproximar de Deus); a atribuição a si mesmo de um estatuto de saber, confirmado pela experiência (a posição de pastor dá a ele a legitimidade para aconselhar espiritualmente o fiel).

Dentre os procedimentos discursivos ligados à lógica argumentativa, identificamos também nessa postagem o uso da nomeação, expressa pela identificação genérica “o povo”, sem a especificação de um grupo a que este sintagma se refira. Trata-se de uma generalização que atribui a todos um comportamento que foi observado em algumas pessoas. Adotando essa identificação, sua afirmação ganha uma dimensão maior e, portanto, mais força, uma vez que, segundo o locutor, todas as pessoas estão se afastando de Deus em decorrência das medidas sanitárias restritivas que determinavam o fechamento dos templos naquele momento.

Ao se manifestar contrariamente ao fechamento dos serviços não essenciais e ao destacar que o afastamento social tem causado um afastamento de Deus, pressupõe-se a defesa da tese de que os templos também deveriam ser mantidos abertos. Tal postura se mostra coerente com uma das principais doutrinas adotadas pelas igrejas neopentecostais: a chamada Teologia da Prosperidade, que se pauta, entre outros, na crença de que as doações do fiel serão revertidas em prosperidade material para sua vida. Nessa visão, o dízimo é uma peça fundamental. O recolhimento dessa oferta provavelmente é favorecido nos cultos presenciais, o que pode ter sido uma motivação para que vários representantes de denominações neopentecostais tenham se manifestado



contrariamente ao fechamento das igrejas. Portanto, assim como na primeira postagem, há, aqui também, uma relação causal entre o distanciamento social e o afastamento das pessoas de Deus.

Comparando-se o funcionamento das duas publicações, pode-se dizer que ambas se inserem no amplo debate em que se questionou a condução da pandemia por parte do governo federal, que foi acusado de minimizar a crise e adotar uma postura negacionista. Assim, a postagem adota uma atitude de engajamento à posição do governo federal.

Em ambas as postagens, identifica-se, como vimos, a relação de causalidade. Charaudeau (2008) explica que esse tipo de relação pode se inserir dentro de diferentes maneiras de encadeamento. Assim, associam-se as medidas de fechamento de serviços não essenciais e templos a prejuízos financeiros (a dificuldade para o trabalhador levar o pão para a sua família) e espirituais (o esfriamento da fé), ao mesmo tempo em que ocorre um silenciamento sobre outras providências que poderiam ter sido tomadas para que os dois prejuízos fossem minimizados, tais como apoio financeiro por parte do Estado aos comerciantes e trabalhadores em geral, no primeiro caso e cultos e atendimentos espirituais à distância, no segundo caso.

As relações estabelecidas se pautam no domínio de avaliação do ético e do pragmático. O domínio do ético define as ações em termos de parâmetros como certo e errado. Nas postagens em questão, a atitude das pessoas que defendiam o fechamento de serviços não essenciais (nos quais se incluíam os templos religiosos) é caracterizada como moralmente condenável, por ser prejudicial à população, tanto do ponto de vista financeiro quanto espiritual.

Associa-se ao domínio do ético, o apelo ao domínio pragmático, que avalia as ações humanas em função das necessidades dos indivíduos nelas envolvidos. Assim, nas a postagens, a necessidade de subsistência e o esfriamento da fé são apontados como argumentos decisivos contra o fechamento dos estabelecimentos e templos, respectivamente. Constata-se o uso da dedução pragmática relacionada tanto ao plano econômico quanto ao plano religioso: no primeiro caso associa-se, de forma inalienável, o trabalho ao sustento, de modo que se conduz o leitor a uma conclusão do tipo: se não há trabalho, não há comida. No segundo caso, há uma associação da presença nos cultos à proximidade de Deus, de modo que o distanciamento social implicaria no afastamento de Deus.

Quanto aos imaginários sociodiscursivos veiculados, verifica-se que as publicações estão alinhadas com as políticas econômicas de linha neoliberal. Caracterizam-se pela identificação dos seguintes imaginários: “o sustento vem do trabalho individual”, no primeiro *post* e “o distanciamento social favorece o afastamento de Deus”, no segundo. A omissão, na primeira postagem do pastor, de qualquer outra iniciativa possível para se promover a subsistência da população num período de crise (inclusive aquelas que poderiam advir do poder público) isenta o Estado desse tipo de responsabilidade. Também se veicula aqui a chamada “ideologia da produtividade” (XAVIER, 2020, p. 122) que impõe que todo o esforço (e o risco, no caso de uma pandemia) seja de responsabilidade dos trabalhadores e não da classe capitalista. Assim, são, em geral, os empregados – e não os patrões – aqueles que se apresentam na “linha de frente” do ambiente de trabalho, o que, no contexto de pandemia, significa assumir mais de perto o risco de uma contaminação. Segundo Xavier (2020): “[...] a produtividade é um interesse próprio da classe capitalista, somente ela tem interesse em produzir mais, pois é a única a ganhar tal esforço. E isso porque o esforço não é dela, mas dos trabalhadores.” Se pensarmos que algumas igrejas têm assumido uma gestão cada vez mais próxima da empresarial, essa orientação se aplica também à segunda postagem, em que se apela, de forma indireta, para que o fiel compareça presencialmente



aos cultos. Constata-se, portanto, que, além da dimensão religiosa, há uma dimensão política e econômica no discurso de Barreto.

As reflexões apresentadas, apesar de não esgotarem todos os possíveis interpretativos associados aos discursos em questão, nos levam a crer que as categorias propostas por Charaudeau ajudam a entender um pouco melhor a complexidade envolvida no ato de fala, permitindo compreender os diferentes âmbitos que compõem a publicação de Barreto no *Twitter*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo proposto exemplifica o uso de estratégias argumentativas variadas não apenas para a defesa de um ponto de vista a respeito do fechamento dos serviços não essenciais- e conseqüentemente dos templos- mas para a promoção de um projeto político e econômico que adota uma visão neoliberal como base.

A compreensão do papel crescente do discurso religioso no domínio político se faz cada vez mais relevante, especialmente no momento de uma crise de saúde pública sem precedentes na história moderna do país, em que a população buscou orientar seu comportamento a partir das diretrizes ditadas por agentes públicos e influenciadores que usam as redes sociais para se dirigir ao público. Nesse contexto, a população é levada a confiar em determinados líderes, atribuindo a eles poderes quase messiânicos e duvidando de evidências (inclusive científicas) que contradigam aquilo que é defendido por essas pessoas.

O *tweet* do pastor Lucinho, embora travestido de um discurso religioso, por ter como instância de produção um representante religioso, possui um caráter político dominante, inserindo-se num movimento de apoio ao governo federal e à sua condução do país diante de uma das maiores crises sanitárias dos últimos séculos. Trata-se de uma postagem que exemplifica o crescente ativismo político promovido por agentes religiosos no Brasil.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BURITY, Joanildo A. Religião, política e cultura. **Tempo social**. v. 20, n. 2. SP. nov. 2008. p. 83-113.

CHARAUDEAU, Patrick. **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris: Hachette, 1992.

CHARAUDEAU, Patrick. **Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual**. In: Ida Lucia Machado e Renato de Mello. *Gêneros reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte, Nad/Fale-UFMG, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**. Os modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. A argumentação em uma problemática da influência.. Tradução de Maria Aparecida Lino Pauliukonis. [www.revel.inf.br]. **ReVEL**, edição especial vol. 14, n. 12, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. **Entrepalavras**. Fortaleza, v. 7, p.571-591, jan./jun. 2017.



MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MARTIN-BARÓ, Ignacio. Iglesia y Revolución em El Salvador. In: Martín-Baró. **Psicología de la Liberación**. Madrid: Editorial Trotta, 1998. p. 203-225.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

ORLANDI, Eni. O discurso religioso. In: **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas: Câmara Brasileira do Livro, 1987.

RECUERO, Raquel A. O capital social em rede: como as redes sociais na internet estão gerando novas formas de capital social. **Contemporanea**. Revista de comunicação e cultura - v.10 – n.03 – set-dez 2012 – p. 597-617

XAVIER, Marlon de Oliveira. Luta de classes e reforma trabalhista: prospectos da ideologia neoliberal. In: HEINEN, Luana Renostro (org.) **Estado e direitos no contexto de neoliberalismo**. Florianópolis: Habitus, 2020.

ORLANDI, Eni. O discurso religioso. In: **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas: Câmara Brasileira do Livro, 1987.

RECUERO, Raquel A. O capital social em rede: como as redes sociais na internet estão gerando novas formas de capital social. **Contemporanea**. Revista de comunicação e cultura - v.10 – n.03 – set-dez 2012 – p. 597-617